

Edson Fachin anula condenações de Lula na Lava Jato

União pagou R\$ 1,35 bilhão de dívidas de estados em fevereiro

Página 3

Pazuello estima receber até 28 milhões de doses de vacinas neste mês

Página 8

Guterres: crise da pandemia "tem rosto de mulher" e é preciso mudança

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, disse que a pandemia está agravando as desigualdades de gênero, que as disparidades salariais entre homens e mulheres aumentaram e que o processo de recuperação é uma oportunidade para reverter a situação. Em artigo publicado no jornal Público a propósito do Dia Internacional da Mulher, comemorado na segunda-feira (8), António Guterres escreveu que a pandemia está eliminando anos de progresso em direção à igualdade de gênero, lembrando que as mulheres "têm maior probabilidade de trabalhar nos setores mais afetados". **Página 3**

Brasil abre cooperação com Israel para pesquisas no combate à covid-19

O governo federal e dirigentes do Instituto Weizman de Ciência, de Israel, abriram cooperação para pesquisas para o combate à covid-19. Pelo lado brasileiro, a cooperação acontece no âmbito da Rede Vírus, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), responsável pela articulação de laboratórios de pesquisa e especialistas nos estudos sobre a doença. **Página 3**

Previsão do Tempo

Terça: Amanhã será parecido com hoje. Sol com muitas nuvens. Pancada de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	Compra: 5,77
Venda:	5,77
Turismo	
Compra:	5,70
Venda:	5,88
EURO	
Compra:	6,84
Venda:	6,84

Valor médio de auxílio emergencial será de R\$ 250, diz Paulo Guedes



Foto: Marcelo Camargo/ABR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na segunda-feira (8) que o valor médio do novo auxílio emergencial deve ser de R\$ 250 por pessoa. A declaração foi dada em entrevista à imprensa no Palácio do

Planalto, após reunião com o presidente Jair Bolsonaro para tratar da compra das vacinas contra covid-19. "É vacina, e justamente manter a economia em movimento, esta é a prioridade do governo", disse.

A expectativa é que o valor comece a ser pago ainda neste mês, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 186/2019, a chamada PEC Emergencial. O texto possibilita o pagamento do auxílio com créditos extraordinários sem ferir o teto de gastos públicos.

De acordo com Guedes, a decisão sobre a amplitude do auxílio emergencial é do Ministério da Cidadania. "Nós Ministério da Economia só fornecemos os parâmetros básicos", disse o ministro. Segundo ele, o valor para mulher chefe de família monoparental deve ser de R\$ 375 e, no caso de homem, de R\$ 175. "Se for casal, já são R\$ 250", informou. **Página 4**

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na segunda-feira (8) anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato. Na decisão, o ministro entendeu que a 13ª Vara Federal em Curitiba não tinha competência legal para julgar as acusações. Com a decisão, o ex-presidente não terá mais restrições na Justiça Eleitoral e está elegível para disputar um cargo público.

Pela decisão, ficam anuladas as condenações nos casos do triplex do Guarujá (SP), com

pena de 8 anos e 10 meses de prisão, e do sítio em Atibaia, na qual Lula recebeu pena de 17 anos de prisão. Os processos deverão ser remetidos para a Justiça Federal em Brasília para nova análise do caso.

A anulação ocorreu porque Fachin reconheceu que as acusações da força-tarefa da Lava Jato contra Lula não estavam relacionadas diretamente com os desvios na Petrobras. Dessa forma, seguido precedentes da Corte, o ministro remeteu os processos para a Justiça Federal em Brasília. **Página 8**

Petrobras aumenta preços da gasolina e do diesel nas refinarias

A Petrobras anunciou na segunda-feira (8) um novo aumento dos preços da gasolina e do diesel que são cobrados em suas refinarias. No caso

da gasolina, o aumento é o sexto do ano, e o preço médio do litro passará de R\$ 2,60 para R\$ 2,84, em uma alta de cerca de 9,2%. **Página 3**

SP: idosos de 75 e 76 anos começam a ser vacinados em 15 de março

Idosos de 75 e 76 anos vão ser vacinados contra a covid-19 em todo o estado de São Paulo a partir da próxima segunda-feira (15). A informação foi dada na segunda-feira, (8) pelo governo paulista. Em todo o estado, 420 mil pessoas estão nessa faixa etária.

No estado de São Paulo, cerca de 3,52 milhões de pessoas

fazem parte do público prioritário, que engloba profissionais da área da saúde, indígenas, quilombolas e idosos com idade acima de 75 anos.

Até este momento, segundo o Vacinômetro, 3.296.405 doses de vacinas já foram aplicadas no estado, sendo que 845.821 em segunda dose. (Agência Brasil)

Esporte

Otazú e Reple assumem vice-liderança da Pro 500 com Concept Kart

A jovem equipe Concept Light/No Fire está se firmando gradualmente no cenário do kartismo da categoria Pro 500. Na segunda etapa da Copa São Paulo de Kart, realizada no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), conduzindo o Concept #42 Alberto Otazú (No Fire Service/IMAB Metalúrgica/Cardoso Filiaria e Pintura/Speed Truck/Rolley Ball/Bianchi Automóveis) e Nelson Reple assumiram a vice-liderança do certame com duas segundas posições na classe Light, após terem largado da pole position.

"Conseguimos evoluir o desempenho do Concept Kart e o resultado está vindo. Fico muito feliz de conseguir subir no campeonato, mas ainda não chegamos no nosso objetivo", aponta Alberto Otazú. "Quero parabenizar meu parceiro Nelson (Reple) pela evolução e dedicação. Quero agradecer à Concept Kart por nos fornecer um equipamento vencedor, de extrema qualidade, e a também à Evinho Competições e todos os seus mecânicos, que fizeram

de tudo para conseguirmos o melhor resultado possível. Estaremos mais competitivos ainda na próxima etapa", promete.

Na tomada de tempos, realizada com a pista molhada, novamente Alberto Otazú conseguiu a pole position e a quinta marca em seu grupo. Com a intercalação dos dois grupos, o kart da Concept Light/No Fire alinhou na nona posição. Responsável pela largada, Nelson Reple sofreu alguns toques e caiu várias posições, fazendo o pit stop depois de 35 voltas, quando ocupava a 16ª posição e o quarto lugar na Light.

Otazú assumiu o Concept e retornou para a pista na 20ª posição e em sexto na Light. E a partir daí iniciou uma recuperação, completando as 74 voltas dos 50 minutos da primeira bateria em 12ª e segundo na Light, já somando bons pontos. Na segunda parte, com 30 minutos de duração, Alberto Otazú partiu do 12º posto e foi progredindo durante as 46 voltas para receber a bandeirada em quinto, segundo na classe Light, deixando de alcançar a vitória por meros 21 centésimos de segundo. Para surpresa



Alberto Otazú conquistou a segunda pole position consecutiva na Light da Pro 500

do time, foi imputada uma penalização de 5 segundos a vários karts que ultrapassaram um competidor quebrado na pista, por eventual ultrapassagem em local indevido, o que alterou apenas o posicionamento na classificação geral da Concept Light/No Fire para o nono posto.

"É o início de um projeto e tudo ainda é novidade. Estamos caminhando com calma, mas com velocidade na pista e resultados consistentes. Novamente o que comemorar tanto

em tempo como em resultados, e assim vamos seguindo nosso planejamento. O Concept Kart está cada vez melhor e o passo seguinte será subir mais um degrau no pódio", completa Nelson Reple, convicto no potencial do equipamento e do time.

A liderança do campeonato é da equipe PSJ/CKS Racing Team, com 62 pontos, seguido da Concept Light/No Fire, com 56 pontos. A terceira etapa da Pro 500 será no dia 17 de abril, novamente no Kartódromo Granja Viana.

Copa Truck: Com três caminhões, Iveco Usual Racing amplia equipe e busca o título de 2021

A temporada 2021 da Copa Truck começa cheia de novidades para a equipe Iveco Usual Racing, além de manter a dupla Djalma Pivetta e Valmir Benavides, o time vai contar com um terceiro piloto, Valmir Benavides, o "Hísgue".

Felipe Giaffone segue no comando do caminhão #4, o multicampeão da categoria dis-

putou o título de 2020 até a última etapa, em Interlagos, e este ano aposta na confiabilidade da equipe e no regulamento que equaliza a potência dos caminhões para conquistar o título.

A partir deste ano, a Copa Truck será dividida em duas categorias: além da divisão principal, será disputada a Super Truck, destinada a pilotos recentes na ca-

tegoria. Esta nova classe terá pontuação e pódios próprios, mas largará juntamente com a divisão principal.

Djalma Pivetta conquistou três pódios na temporada passada com o bruto #21 e chega ainda mais forte, com um caminhão totalmente novo desenvolvido na sede da equipe e espera disputar o título na Supertrucks.

Outra grande novidade da equipe do interior de São Paulo é a introdução do terceiro caminhão para a temporada toda, conduzido pelo experiente Valmir Benavides, o "Hísgue".

Com vitórias na categoria principal, Hísgue não é novo na equipe, em 2020 disputou duas etapas e auxiliou no desenvolvimento terceiro truck.

A parceria técnica entre Usual Racing e Iveco segue ainda mais forte, a marca de caminhões renovou e ampliou seu vínculo com a equipe que segue sendo a única oficial da montadora no grid.

A Copa Truck inicia a temporada no dia 10 de abril, com a rodada dupla em Curitiba, e será transmitida pela Band.

SP lança programas de geração de renda e empreendedorismo para mulheres

O Governador João Doria anunciou na segunda-feira (8) o lançamento de três novos programas de empreendedores, geração de renda e qualificação profissional, voltados exclusivamente para mulheres. Durante a coletiva de imprensa, no Dia Internacional da Mulher, Doria também homenageou aquelas que se destacaram no combate ao coronavírus.

Empreenda Mulher
O "Empreenda Mulher" oferece mais de 60 mil vagas gratuitas em cursos de qualificação em diversas áreas e a li-

beração de R\$ 50 milhões em microcrédito pelo Banco do Povo, exclusivos para mulheres microeclitadas no estado de São Paulo. O objetivo do programa é incentivar a autonomia das mulheres, possibilitando acesso a crédito e oferta de cursos de qualificação empreendedora, tecnológica, entre outras áreas. As informações sobre os cursos e a linha especial do Banco do Povo podem ser consultadas no site www.empreendamulher.sp.gov.br.

Prospera Mulher
A primeira fase do "Prospe-

ra Mulher" irá beneficiar 12 mil famílias em todo o Estado, e tem como público-alvo as chefes de famílias monoparentais, com crianças de 0 a 6 anos, e que estejam em situação de extrema pobreza, (ou seja, que sobrevivem mensalmente com até R\$89 por pessoa), devidamente cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), preferencialmente, atendidas por programas e serviços destinados à primeira infância. O programa tem como premissa a inclusão produtiva, estimulando a geração de renda através do acesso ao trabalho, empre-

endedorismo, capacitações e oportunidades de ofício atraindo a plano de futuro, combinando aspirações pessoais, profissionais, sociais e financeiras; e o incentivo a bancarização e cultura de poupança, com a transferência de recursos.

TODAS in-Rede
O "TODAS in-Rede" visa o empoderamento e a autonomia das mulheres com deficiência do estado. De acordo com a Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atualmente vivem mais de 1,7 milhão de mulheres com defici-

ência em São Paulo. Por meio de ações de formação profissional, disseminação de informações e criação de uma rede virtual acessível às mulheres com deficiência, o programa busca o protagonismo desse público, onde são trabalhados temas como acesso à informação, trabalho, renda e autonomia financeira, exercício dos direitos afetivos, sexuais e reprodutivos, prevenção à violência e autoestima e liderança. Para se cadastrar na Rede Virtual e ficar por dentro de todas as novidades do programa TODAS in-Rede basta acessar:

www.todasinrede.sp.gov.br.
Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o Governador João Doria ressaltou o trabalho de 11 mulheres que se destacaram no combate ao coronavírus no Estado de São Paulo. "Elas representam milhões de mulheres, mães, avós, cidadãs e brasileiras que, ao longo destes 14 meses, têm defendido a vida, a saúde, a existência, a verdade e a transparência. A cada uma dessas mulheres, a cada uma dessas mães, filhas, netas, cidadãs brasileiras, não importa a cor, a idade, onde vivam: a nossa homenagem", declarou Doria.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



MÍDIAS
A coluna de política do jornalista Cesar Neto é publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com tornou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista). Twitter @CesarNeto-Real ... Email cesar@cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)
O "Empreenda Mulher" comemora a movimentação pra engrossar as pressões de aliados aos demais ministros do Supremo - porque o Fachin já anulou as condenações pra prisão do Lula - pra que o ex-Presidente possa finalmente disputar a Presidência 2022.

PREFEITURA (SÃO PAULO)
Tanto o reeleito João Bruno Covas (PSDB do governador Doria) como o vice Ricardo Nunes (MDB do ex-Presidente Temer) terão papéis importantes nos seus partidos em relação a possibilidade do Supremo anular as condenações do Lula (PT) pra disputar Presidência 2022.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)
Bancada de deputados do PT comemora a anulação das condenações do Lula (dono do partido). Afinal, foi na ALESP que o '1º ministro' do governo Lula - Zé Dirceu - começou sua carreira enquanto "escola parlamentar" da sua carreira política como a cabeça pensante do PT Lulaista

GOVERNO (SÃO PAULO)
Tanto João Doria (PSDB 'liberal de centro') como o vice Rodrigo Garcia (DEM ex-PFL do ACM Neto) terão papéis importantíssimos, nos seus partidos em relação à possibilidade do Supremo Tribunal Federal anular as condenações do Lula (PT) pra disputar a Presidência 2022

CONGRESSO (BRASIL)
Deputados e senadores do PT Lulaista comemoram a movimentação pra engrossar as pressões dos aliados aos demais ministros do Supremo - porque o Fachin já anulou as condenações pra prisão do Lula - pra que o ex-Presidente possa finalmente disputar a Presidência 2022

PRESIDÊNCIA (BRASIL)
Por enquanto o Jair Bolsonaro não deve se posicionar claramente sobre a possibilidade da maioria (5) do Supremo anularem as condenações do Lula (casos do 'Petrolião'). Isso não quer dizer que já não haja todo um planejamento pra enfrentamento 2º turno em 2022

PARTIDOS (BRASIL)
O PT Lulaista tá comemorando o fato do ministro Fachin (Supremo) ter - do dia pra noite - anulado as condenações do ex-Presidente Lula nos casos do apartamento Triplex no Guarujá e do Sítio de Atibaia (lavagens de dinheiro). Agora vamos ver como os ministros votarão no plenário

JUSTIÇAS
Ao assumir a presidência do Supremo, Luiz Fux prometeu que todo caso envolvendo as operações 'Lava-Jato' - como no caso do ex-Presidente Lula (dono do PT) - vai ser julgado no plenário e não pela 2ª turma. Chegou a hora da verdade, porque ontem o relator - Edson Fachin - anulou ...

(BRASIL)
... as condenações (2º e 3ª instâncias com cerca de 2 décadas de prisão). Agora, vamos ver se pelo menos mais 5 ministros darão votos pra formar maioria pra Lula voltar a ser elegível e disputar eleição presidencial 2022. O Ministério Público Federal (MPF) tá contestando o ato de Fachin

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
Fone: 01050-060
CEP: 01058-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

São Paulo abrirá 280 novos leitos em unidades de saúde de 11 cidades

O governo de São Paulo vai abrir 280 novos leitos para tratamento de pacientes com a covid-19. Esses leitos serão instalados em 11 unidades de saúde, espalhadas por diversas regiões do estado. Chamado de novos hospitais de campanha, a estrutura, dessa vez, será montada em hospitais e unidades de saúde já existentes, que serão ampliadas para receber os novos leitos.

Dessa vez, não serão criadas apenas estruturas provisórias para atendimento de baixa ou média complexidade, como eram os hospitais de campanha no ano passado. A ideia agora é também ampliar os leitos de unidades de terapia intensiva (UTI).

Por isso, dos 280 novos leitos, 140 serão destinados para UTIs. O restante, para enfermarias.

Os novos leitos, segundo o governo, serão instalados até o dia 31 de março, nos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMES) das cidades de Andradina, Botucatu, Campinas, Itapetininga, Ourinhos, Santo André, Santos e Tupã. Em Fernandópolis, será montado junto à Unidade de Reabilitação Lucy Montoro. Já na capital paulista, será criado o Hospital São José, na zona norte.

Esses novos hospitais de campanha se juntam aos quatro que o governo estadual já administra nas cidades de Franca, Bauri e Bebedouro, além do

hospital de campanha de Heliópolis, a maior comunidade da capital paulista.

Recordes
São Paulo vem batendo, dia a dia, recordes no número de pessoas internadas com a covid-19. Na segunda-feira, 8, o estado computava 19.049 pessoas internadas, maior número desde o início da pandemia, em fevereiro do ano passado. Desse total, 8.427 pessoas estavam internadas em UTIs, em estado grave. O estado chegou hoje a uma ocupação de 80% dos leitos de UTI.

O estado registrou, na semana passada, aumento de 19% nas novas internações em compar-

ção à semana anterior, com uma média móvel de 2.167 novas internações por dia, maior número já alcançado desde o início da pandemia. Até então, a média diária mais alta registrada havia sido de 1.962 novas internações por dia, o que ocorreu em julho do ano passado, demonstrando que a pandemia agora está em um momento ainda mais grave.

Quanto ao número de casos, o aumento foi de 7% na semana passada em relação à semana anterior, com uma média de 10.060 novos casos por dia. As mortes também cresceram na semana passada. O aumento foi de 17,8%, com média móvel diária de 284 mortes. (Agência Brasil)

Ministério Público analisa cultos religiosos na Fase Vermelha em SP

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) informou que está analisando o decreto do governo paulista que autorizou o funcionamento de templos religiosos durante a Fase Vermelha de combate à pandemia de covid-19.

Segundo o Ministério Público, o assunto será debatido na segunda-feira (8) pelo procurador-geral de Justiça, Mario Sarubbio, membros do gabinete de crise da covid-19 do MPSP, integrantes do Comitê de Contingência do go-

verno estadual e líderes religiosos.

Desde o último sábado (6), em todo estado de São Paulo está vigorando a Fase Vermelha, a mais restritiva classificação do Plano São Paulo, em que apenas as atividades consideradas essenciais podem ser realizadas.

O decreto do governador João Doria, publicado no Diário Oficial do Estado no último dia 2, acrescentou cultos religiosos de qualquer natureza ao rol de atividades consideradas essenciais. (Agência Brasil)

verno estadual e líderes religiosos.

Governo de SP entrega mais 1,7 milhão de doses da vacina do Butantan para o Brasil

O Governador João Doria anunciou na segunda-feira (8) que o Governo de São Paulo liberou mais 1,7 milhão de doses da vacina do Instituto Butantan contra o coronavírus ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde. Com o novo carregamento, o total de vacinas disponibilizadas pelo Butantan ao PNI chega a 16,1 milhões de doses desde o início das entregas, em 17 de janeiro.

"Graças a esse esforço do Instituto Butantan, trabalhando

24 horas por dia, hoje estamos entregando mais 1 milhão e 700 mil doses da vacina do Butantan para o Brasil para que o Ministério da Saúde distribua a todos os estados brasileiros e possa prosseguir a vacinação dos brasileiros de outros estados, assim como dos brasileiros que vivem aqui em São Paulo", disse Doria.

No dia 3 de março, o Butantan já havia distribuído 900 mil doses ao PNI. Em fevereiro foram entregues cerca de 4,85 milhões de doses.

A produção da vacina segue em ritmo constante e acelerado. Na última quinta-feira (4), uma remessa de 8,2 mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), correspondente a cerca de 14 milhões de doses, desembarcou em São Paulo para serem enviados, rotulados e embalados no instituto.

O Butantan vem realizando uma força-tarefa para seguir enviando, em ritmo acelerado, doses para a entrega ao PNI. Uma das ações do Butantan foi,

por exemplo, dobrar seu quadro de funcionários na linha de envase para atender a urgência necessária para o momento.

Até o final de março serão entregues 21 milhões de doses da vacina - 17% a mais do que o previsto inicialmente - e, até 30 de abril, o número de vacinas disponibilizadas ao PNI somará 46 milhões. O Butantan ainda trabalha para entregar outras 54 milhões de doses para vacinação dos brasileiros até 30 de agosto.

Governo interrompe mais festas e aglomerações no estado

Pela segunda noite consecutiva, membros das Polícias Civil e Militar, do Procon-SP e da Vigilância Sanitária estadual realizaram ações em todo o estado para fiscalizar o cumprimento às normas restritivas do Plano SP vigentes desde a zero hora deste sábado.

Policiais civis do DOPE (Departamento de Operações Policiais Estratégicas) detiveram, por volta das 23h deste sábado (6), 11 pessoas envolvidas na realização de uma festa clandestina na rua Canindé, na Capital. A ação contou com agentes da Vigilância Sanitária, Procon e do Corpo de Bombeiros.

O local do evento, um imóvel de dois andares, abrigava no piso superior um salão onde estavam concentrados cerca de 175 convidados, sem qualquer distanciamento social, uso de mascas-

ras ou medidas de caráter preventivo para conter a disseminação do vírus da COVID-19. Os policiais do GARRA, responsáveis pela averiguação da denúncia, encontraram cinco moças que operavam máquinas de pagamentos com cartões magnéticos, o responsável pela organização do evento, o representante da casa de eventos e mais quatro seguradoras, sendo todos qualificados na ocorrência como autores. Em pesquisa no banco criminal, um dos seguradores foi identificado como foragido da Justiça, pelo artigo 21 da contravenção penal.

A Polícia Militar manteve presença constante em pontos específicos também esteve presente de forma preventiva em diversos pontos da capital e em outros municípios do estado e, nesta segunda noite, realizou 1.048 orientações para dispersão

de aglomerações. Foram 25.626 pessoas abordadas e 79 detidas. A PM também visitou 43.612 veículos e apreendeu 16,8 quilos de drogas. Pelo menos 51 procurados foram capturados.

As ações de fiscalização ocorreram em diversos pontos de São Paulo para evitar possíveis aglomerações, festas clandestinas e pancadões. Com todas as regiões do estado incluídas na fase vermelha do Plano São Paulo, o reforço da fiscalização tem como objetivo evitar a propagação do novo coronavírus.

Entre a noite de sexta e a madrugada deste domingo, a Vigilância Sanitária estadual inspecionou pelo menos 97 estabelecimentos na capital por descumprimento das normas de funcionamento e de circulação em todas as regiões da cidade. Foram autuados 15 locais devido a aglo-

mações e funcionamento em desacordo com as normas.

As equipes do Procon-SP, por sua vez, visitaram 158 locais e autuaram 15 deles por descumprimento das normas.

Desde a última sexta-feira (26), os órgãos de fiscalização do governo do estado tem intensificado as ações para cumprimento ao toque de restrição e, a partir da zero hora deste sábado, ampliou ainda mais estas ações diante da regressão de todo estado à fase vermelha do Plano São Paulo.

O cidadão pode denunciar festas clandestinas e funcionamento irregular de serviços não-essenciais pelo telefone 0800-771-3541 e também pelo site do Procon-SP www.procon.sp.gov.br ou Centro de Vigilância Sanitária secretarias@cvs.saude.sp.gov.br

Lembre sempre de lavar as mãos

União pagou R\$ 1,35 bilhão de dívidas de estados em fevereiro

O Tesouro Nacional pagou, em fevereiro, R\$ 1,354 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 907,2 milhões, é relativa a atrasos de pagamentos de Minas Gerais. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 267,25 milhões de Goiás e de R\$ 150,86 milhões do estado do Rio de Janeiro.

A União também cobriu dívidas de R\$ 16,55 milhões do Amapá e de R\$ 11,77 milhões do Rio Grande do Norte.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honoradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na segunda-feira (8) pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fica inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

Nos dois primeiros meses de

ano, a União quitou R\$ 1,69 bilhão de dívidas em atraso de estados subnacionais. Desse total, R\$ 1,058 bilhão coube a Minas Gerais; R\$ 346,04 milhões a Goiás; R\$ 230,11 milhões ao Rio de Janeiro; R\$ 32,88 milhões ao Amapá e R\$ 23,44 milhões ao Rio Grande do Norte.

Diminuição

O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro diminuiu de 15 para cinco. No fim de 2020, além dos cinco estados acima, Mato Grosso, Roraima, Piauí, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Paraíba, São Paulo, Tocantins e Maranhão tiveram garantias honoradas pela União.

Em relação aos municípios, o Tesouro não cobriu débitos atrasados de prefeituras neste ano. No ano passado, a União honrou R\$ 66,23 milhões de garantias de oito municípios, dos quais duas capitais, Natal e Goiânia. As demais prefeituras que receberam ajuda do Tesouro fo-

ram Chapecó (SC), Cachoeirinha (RS), Belford Roxo (RJ), Novo Hamburgo (RS), Rio Grande (RS) e São Bernardo do Campo (SP).

As garantias honoradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados — como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Decisões judiciais

Nos últimos três anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacto de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadim-

plente. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não estão sendo executadas por causa de liminares concedidas pelo STF.

No início da pandemia da covid-19, o STF concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. No fim de dezembro, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal.

O socorro aos estados e aos municípios afetados pela pandemia suspendeu o pagamento de dívidas dos governos locais com a União no total de R\$ 35,35 bilhões de junho a dezembro do ano passado. O pacote também permitiu a renegociação de débitos de prefeituras e de governos estaduais com bancos públicos e organizações intermunicipais no total de R\$ 24,71 bilhões. No entanto, a lei só foi sancionada no fim de maio de 2020, o que pressionou o Tesouro a honrar as garantias dos entes locais nesse período. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Guterres: crise da pandemia “tem rosto de mulher” e é preciso mudança

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, disse que a pandemia está agravando as desigualdades de gênero, que as disparidades salariais entre homens e mulheres aumentaram e que o processo de recuperação é uma oportunidade para reverter a situação.

Em artigo publicado no jornal Público a propósito do Dia Internacional da Mulher, comemorado na segunda-feira (8), António Guterres escreveu que a pandemia está eliminando anos de progresso em direção à igualdade de gênero, lembrando que as mulheres “têm maior probabilidade de trabalhar nos setores mais afetados”.

“A maioria dos trabalhadores de serviços essenciais, na linha da frente do combate à pandemia, é de mulheres — muitas delas oriundas de grupos racialmente e etnicamente marginalizados e com baixos níveis de rendimento”, disse Guterres.

Ele lembrou que as mulheres são “24% mais vulneráveis à perda de emprego” e “sofrem quedas mais acentuadas de rendimentos”. Acrescentou que “as disparidades salariais entre homens e mulheres, já elevadas, aumentaram, inclusive no setor da saúde”.

“A prestação de cuidados não remunerada aumentou drasticamente devido a medidas de confinamento e ao fechamento de escolas e creches. Milhões de meninas poderão nunca mais voltar à escola”, afirmou o secretário-geral da ONU, frisando que as mães — especialmente as mães solteiras — “enfrentam sérias adversidades e sentem elevados níveis de ansiedade”.

O ex-primeiro-ministro português defendeu que a pandemia desencadeou “uma epidemia global paralela de violência contra as mulheres em todo o mundo”, com aumento significativo de casos de violência doméstica, tráfico, exploração sexual e casamento infantil, e que o mundo precisa de “um novo estímulo à promoção da liderança feminina e da participação igualitária”.

O secretário disse que a resposta à covid-19 evidenciou “o poder e a eficácia da liderança feminina” e informou que, no ano passado, os países com líderes femininas tiveram taxas de transmissão mais baixas e estão, em sua maioria, “em melhor posicionado para se recuperar desta pandemia”.

“As organizações femininas preencheram lacunas cruciais no fornecimento de serviços e informações essenciais, especialmente em nível comunitário”, defendeu Guterres, acrescentando que quando as mulheres lideram governos se assiste a “maiores investimentos na proteção social e avanços mais significativos contra a pobreza”.

“Quando as mulheres estão no Parlamento, os países adotam políticas mais eficazes de combate às alterações climáticas. Quando as mulheres negociam a paz, os acordos são mais duradouros”, exemplificou.

Para ele, em nível global, no entanto, as mulheres representam apenas um quarto dos legisladores nacionais, um terço dos autarcas e apenas um quinto dos ministros.

“Nesse ritmo, a igualdade de gênero não será alcançada nos sistemas políticos nacionais antes de 2063. Aparidade entre chefes de Estado levará mais de um século”, afirmou Guterres, que disse ter orgulho de ter alcançado “a igualdade de gênero nas posições de liderança das Nações Unidas”.

Defendeu que o processo de recuperação da pandemia é “a oportunidade de traçar um novo caminho mais igualitário” e que as ajudas à recuperação “deverão ser especialmente direcionadas a meninas e mulheres, inclusive por meio de investimentos em infraestruturas associadas à prestação de cuidados”.

“A economia formal só funciona porque a subsidiada pelo trabalho feminino não remunerado”, escreveu Guterres, apelando aos líderes mundiais que atuem em áreas estruturais — a representação igualitária, por meio de cotas e outras medidas especiais, o investimento na economia da prestação de cuidados e na proteção social e a redefinição do produto interno bruto de forma a incluir o trabalho doméstico, assim como a remoção de barreiras à inclusão plena das mulheres na economia são algumas das áreas apontadas.

António Guterres defendeu ainda a revogação das leis discriminatórias em todas as esferas e a promulgação, por cada país, de um plano de emergência de combate à violência contra mulheres e meninas, seguido de financiamento, legislação e “vontade política para acabar com esse flagelo”.

O secretário pediu também uma mudança de mentalidade, o aumento da conscientização pública e que se acabe com “o preconceito sistêmico de gênero”.

“O mundo tem a oportunidade de deixar para três gerações de discriminação enraizada e sistêmica. É hora de construir um futuro igualitário”, concluiu. (Agência Brasil)

Brasil abre cooperação com Israel para pesquisas no combate à covid-19

O governo federal e dirigentes do Instituto Weizman de Ciência, de Israel, abriram cooperação para pesquisas para o combate à covid-19. Pelo lado brasileiro, a cooperação acontece no âmbito da Rede Vírus, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), responsável pela articulação de laboratórios de pesquisa e especialistas nos estudos sobre a doença.

De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a parceria nessa área começa no curtíssimo prazo, e no longo prazo se estende a outras áreas, incluindo bioeconomia e meio ambiente. A cooperação envolverá intercâmbio de pesquisadores e transferência de tecnologias.

O representante do MCTI Marcelo Moraes explicou que a troca acontecerá com pesquisadores que iniciaram seus trabalhos em fevereiro de 2020, no início da pandemia do novo coronavírus (covid-19). “Vamos imediatamente ter reunião na área de vacinas, sequenciamento [genético], novas drogas, e depois no longo prazo com troca de pesquisadores e também com outras áreas do conhecimento”, disse em vídeo publicado nas redes sociais do Itamaraty.

Moraes integra a comitiva chefiada por Araújo que viajou a Israel no sábado (6) para dar andamento à cooperação científica e tecnológica e ao diálogo político entre os dois países. No domingo (7), ele também se reuniu com o chanceler israelense Gabi Ashkenazi e hoje deve se encontrar com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu.

Também estão previstos encontros com dirigentes de outros institutos de pesquisa, entre eles do Centro Médico Sourasky (conhecido como Hospital Ichilov), que estuda a eficácia do spray nasal EXO-CD 24 contra a covid-19. O interesse do Brasil pelo tratamento foi divulgado pelo presidente Jair Bolsonaro no mês passado.

A volta da delegação brasileira está prevista para quarta-feira (10). (Agência Brasil)

Petrobras aumenta preços da gasolina e do diesel nas refinarias

A Petrobras anunciou na segunda-feira (8) um novo aumento dos preços da gasolina e do diesel que são cobrados em suas refinarias. No caso da gasolina, o aumento é o sexto do ano, e o preço médio do litro passará de R\$ 2,60 para R\$ 2,84, em uma alta de cerca de 9,2%.

Para o litro do diesel, o reajuste anunciado é de R\$ 2,71 para R\$ 2,86, um encarecimento de cerca de 5,5%. No caso desse combustível, o aumento é o quinto no ano.

O último reajuste havia sido anunciado pela Petrobras em 1º de março e, antes disso, houve aumentos em 18 de fevereiro, 8 de fevereiro, 26 de janeiro e 18 de janeiro, dia em que apenas o preço da gasolina foi reajustado. No fim do ano passado, o litro de combustível custava R\$ 1,84 nas refinarias, R\$ 1 a menos que o preço alcançado hoje.

Política de preços

A política de preços da Petrobras busca o alinhamento do preço das refinarias aos mer-

cado internacional, o que também torna o preço sensível ao valor do real perante o dólar, moeda em que as negociações ocorrem no exterior.

Segundo a estatal, manter esse alinhamento é fundamental para garantir que o mercado brasileiro seja suprido sem risco de desabastecimento. A empresa afirma que, assim como o preço sobe quando há encarecimento no mercado internacional, ele também cai quando a alta da oferta no mundo desvaloriza es-

ses combustíveis.

A Petrobras destaca ainda que essas variações do mercado internacional e do câmbio “têm influência limitada” no preço final que os consumidores encontram nos postos de combustíveis.

“Ao chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis”. (Agência Brasil)

Inadimplência cai ao menor nível desde início da pandemia, diz CNC

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso caiu de 24,8% em janeiro para 24,5% em fevereiro, e chegou ao menor patamar desde o início da pandemia. Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na segunda-feira (8) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O percentual de inadimplentes está em queda desde agosto de 2020, mas ainda é maior que o de fevereiro do ano passado, que foi de 24,1%.

A inadimplência é mais forte entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos.

Nesse grupo, o percentual caiu de 27,9% em janeiro para 27,4% em fevereiro. Já entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, houve alta da inadimplência, de 11,5% em janeiro para 11,7% em fevereiro.

O endividamento em fevereiro chegou a 66,7% das famílias, a maior proporção desde outubro do ano passado. São consideradas endividadas as famílias que têm dívidas de cheque pré-datado, cartões de

crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros.

O grupo de famílias com renda superior a 10 salários mínimos teve aumento no endividamento, que passou de 60,7% para 62,1% em fevereiro, enquanto para as famílias com renda de até 10 salários mínimos, o percentual se manteve estável em 67,9%.

Projeção

A pesquisa apura ainda o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Nesse caso, houve queda

de 10,9%, em janeiro de 2021, para 10,5% em fevereiro.

Assim como a inadimplência, essa situação é mais comum entre as famílias mais pobres, nas quais houve queda de 12,8% para 12,4% em fevereiro. Entre as mais ricas também houve queda, de 3,9% para 3,7%.

O número de famílias que se consideram muito endividadas também caiu em fevereiro e chegou a 13,9%. O percentual é o menor desde setembro de 2019, e as famílias declararam, em média, que 30,2% de sua renda mensal está comprometida com dívidas. (Agência Brasil)

Mercado financeiro aumenta projeção da inflação para 3,98% em 2021

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) deste ano subiu de 3,87% para 3,98%. A estimativa foi divulgada na segunda-feira (8) no boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central (BC) com a projeção do mercado para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,50%. Tanto para 2023 como para 2024 as previsões são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está acima do centro da meta da inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo

Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior, 5,25%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre 2021 em 4% ao ano. Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica chegue a

5%. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6% ao ano.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como o risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,29% para 3,26%. Para o próximo ano, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) — a soma de todos os bens e serviços produzidos no país — é de crescimento de 2,48%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro continua projetando expansão do PIB em 2,50%.

A expectativa para a cotação do dólar subiu para R\$ 5,15, ao final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,13. (Agência Brasil)

IGP-DI registra inflação de 29,95% em 12 meses

O Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve inflação de 2,71% em fevereiro deste ano. A taxa é inferior à observada em janeiro (2,91%), mas muito

superior à registrada em fevereiro de 2020 (0,01%).

O IGP-DI acumula taxas de inflação de 5,69% no ano e de 29,95% em 12 meses.

A queda da taxa de janeiro para fevereiro deste ano foi pu-

xada pelos preços no atacado. O Índice de Preços ao Produtor Amplo teve inflação de 3,40%, abaixo dos 3,92% observados em janeiro.

Por outro lado, o varejo e a construção tiveram altas em suas

taxas de inflação. O Índice de Preços ao Consumidor subiu de 0,27% para 0,54%, enquanto o Índice Nacional de Custo da Construção passou de 0,89% para 1,89% no período. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Paulista terá o melhor de \$ 250,00 por dose de vacina contra a covid-19

Pfizer vai entregar 14 milhões de doses de vacina até junho

O governo federal informou na segunda-feira (8) que a farmacêutica norte-americana Pfizer vai entregar ao Brasil 14 milhões de doses da sua vacina contra covid-19 até junho deste ano. O presidente Jair Bolsonaro se reuniu com o presidente da Pfizer, Albert Bourla, na segunda-feira, por videoconferência, e pediu a antecipação de lotes de imunizantes, que foi desenvolvido em parceria com empresa de biotecnologia alemã BioNTech.

Após o encontro, o assessor especial do Ministério da Saúde, Ailton Soligo, explicou que o contrato com a farmacêutica previa a entrega de 99 milhões de doses este ano, sendo 2 milhões em maio, 7 milhões em junho e o restante em imunizações semestrais. Segundo ele, a Pfizer se comprometeu a antecipar 5 milhões de doses, a serem entregues entre maio e junho - totalizando 14 milhões de doses no primeiro semestre. Além disso, a entrega de cerca de 60 milhões de doses da vacina estava concentrada no último trimestre do ano, mas, de acordo com Soligo, também haverá esforços para antecipar essas lotes para o terceiro trimestre. A vacina da Pfizer teve seu registro definitivo aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no mês passado.

O presidente Jair Bolsonaro também vai se reunir com representantes da Janssen (braço da empresa Johnson & Johnson) para tratar da aquisição de 30 milhões de doses de vacina contra covid-19. De acordo com Soligo, estados e municípios já receberam 20 milhões de doses para vacinação da população contra a doença que já matou mais de 265,4 mil pessoas no país. São vacinas aprovadas no Brasil para uso emergencial: a CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, e a vacina Covishield, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Universidade de Oxford e o laboratório inglês AstraZeneca.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na segunda-feira (8) que o valor médio do novo auxílio emergencial deve ser de R\$ 250 por pessoa. A declaração foi dada em entrevista à imprensa no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente Jair Bolsonaro. Guedes falou da compra das vacinas contra covid-19. "É vacinar, e justamente manter a economia em movimento, esta é a prioridade do governo", disse.

A expectativa é que o valor

comece a ser pago ainda neste mês, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 186/2019, a chamada PEC Emergencial. O texto possibilita o pagamento do auxílio com créditos extraordinários sem ferir o teto de gastos públicos.

De acordo com Guedes, a decisão sobre a amplitude do auxílio emergencial é do Ministério da Cidadania. "Nos Ministério da Cidadania só fornecemos os parâmetros básicos", disse o ministro. Segundo ele, o valor para mu-

lher chefe de família monoparental deve ser de R\$ 375 e, no caso de homem, de R\$ 175. "Se for casal, já são R\$ 250", informou.

O auxílio emergencial foi criado em abril do ano passado pelo governo federal para atender pessoas vulneráveis afetadas pela pandemia de covid-19. Ele foi pago em cinco parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1.2 mil por meses, com o valor de R\$ 300 ou R\$ 600 cada.

Tiveram direito aos repasses, obedecendo a uma série de critérios econômicos e sociais, integrantes do Bolsa Família, cidadãos incluídos no Cadastro Único (CadÚnico), além de trabalhadores informais, contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e microempreendedores individuais que solicitaram o benefício por meio de plataformas digitais ou aplicativo da Caixa Econômica Federal. (Agência Brasil)

Governador do Paraná se reúne com Poder Judiciário para discutir pandemia

O governador Carlos Massa Ratinho Junior se reuniu na segunda-feira (8) com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador José Laurindo de Souza Netto, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademair Triaiano, para reforçar o pedido de apoio institucional no enfrentamento da pandemia. O encontro aconteceu na semana que marca um ano da confirmação dos primeiros casos no Estado e no momento mais delicado da emergência em saúde pública, com aumento de casos, óbitos e internações.

"O Paraná encara esse primeiro ano de pandemia com muita seriedade e contou com apoio do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário. Todos sempre foram muito solícitos e parceiros. Essa união nos ajudou a tomar decisões difíceis e a amenizar os problemas lá na ponta para as pessoas", disse Ratinho Junior. "Mas era um cenário sem a via

amazônica, que é mais agressiva. A realidade agora é outra". O governador citou que a circulação da nova cepa tem aumentado os índices de hospitalização de pessoas mais jovens e a falta de espera por leitos de UTI, que passou de pouco mais de 900, para mais de 2.000 em maio de 2020 para mais de 900. Para responder essa demanda, o Estado aumentou os leitos de UTI e enfermarias nos últimos dias, chegando a quase 700 em apenas 12 dias, o que corresponde a dois hospitais de campanha. Nos próximos dias mais 1.000 leitos de enfermaria devem ser habilitados na rede.

O governador também citou o aumento das dificuldades de aquisição de insumos e equipamentos, seja por imposição do mercado, seja pelo processo licitatório. Enquanto isso, o Estado está formando uma rede com empresas e cooperativas dispostas a doar monitores e respiradores. A ideia é ganhar velocidade para atender esse novo momento da pandemia. Ele também apresentou as

novas medidas restritivas adotadas na sexta-feira e elencou a infraestrutura criada pelo Paraná desde o começo da pandemia, com a formatação da rede de atendimento exclusivo para Covid-19 com leitos de UTI e de enfermaria, dobrando a quantidade de leitos existentes no Paraná em apenas 30 dias. "Há muita solidariedade nas instituições do Paraná e estamos abertos a qualquer tipo de orientação ou sugestão. Temos a tranquilidade e a humildade de ouvir e absorver as lições", afirmou o governador.

O secretário estadual da Saúde, Beto Preto, elencou as dificuldades do momento, mas afirmou que o Paraná conta com uma rede robusta de atendimento e não deixará ninguém desassistido. São quase 5.500 leitos exclusivos de UTI habilitados em um ano e possibilidade de ampliação, nos próximos dias, de leitos de enfermaria e de semi-intensivo. Ele destacou que o Estado já investiu R\$ 1 bilhão diretamente na estratégia de combate à Covid-

19 e tem a melhor estratégia de testes e os números mais fidedignos do País. Os dois presidentes dos outros Poderes elogiaram o trabalho desenvolvido pelo Governador do Paraná desde o começo da pandemia tanto na área da saúde pública, com novos hospitais regionais e apoio aos municípios, como na esfera econômica, com crédito e mudanças tributárias. Eles citaram que esse é o momento de redobrar a união de esforços.

O deputado estadual Ademair Triaiano afirmou que a Assembleia Legislativa será parceira das decisões difíceis. "É importante apoiar as decisões técnicas e científicas. É um quadro que envolve uma série de variáveis. Mas o fundamental nesse momento é o apoio. Queremos exclusividade de UTI abertos em um ano e possibilidade de ampliação, nos próximos dias, de leitos de enfermaria e de semi-intensivo. Ele destacou que o Estado já investiu R\$ 1 bilhão diretamente na estratégia de combate à Covid-

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEIÕES

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 13.384.184/0001-07 - NIRE 5.300.391.0/0001-01. Atos de Resoluções de Diretoria nº 001/2021, nº 002/2021, nº 003/2021, nº 004/2021, nº 005/2021, nº 006/2021, nº 007/2021, nº 008/2021, nº 009/2021, nº 010/2021, nº 011/2021, nº 012/2021, nº 013/2021, nº 014/2021, nº 015/2021, nº 016/2021, nº 017/2021, nº 018/2021, nº 019/2021, nº 020/2021, nº 021/2021, nº 022/2021, nº 023/2021, nº 024/2021, nº 025/2021, nº 026/2021, nº 027/2021, nº 028/2021, nº 029/2021, nº 030/2021, nº 031/2021, nº 032/2021, nº 033/2021, nº 034/2021, nº 035/2021, nº 036/2021, nº 037/2021, nº 038/2021, nº 039/2021, nº 040/2021, nº 041/2021, nº 042/2021, nº 043/2021, nº 044/2021, nº 045/2021, nº 046/2021, nº 047/2021, nº 048/2021, nº 049/2021, nº 050/2021, nº 051/2021, nº 052/2021, nº 053/2021, nº 054/2021, nº 055/2021, nº 056/2021, nº 057/2021, nº 058/2021, nº 059/2021, nº 060/2021, nº 061/2021, nº 062/2021, nº 063/2021, nº 064/2021, nº 065/2021, nº 066/2021, nº 067/2021, nº 068/2021, nº 069/2021, nº 070/2021, nº 071/2021, nº 072/2021, nº 073/2021, nº 074/2021, nº 075/2021, nº 076/2021, nº 077/2021, nº 078/2021, nº 079/2021, nº 080/2021, nº 081/2021, nº 082/2021, nº 083/2021, nº 084/2021, nº 085/2021, nº 086/2021, nº 087/2021, nº 088/2021, nº 089/2021, nº 090/2021, nº 091/2021, nº 092/2021, nº 093/2021, nº 094/2021, nº 095/2021, nº 096/2021, nº 097/2021, nº 098/2021, nº 099/2021, nº 100/2021, nº 101/2021, nº 102/2021, nº 103/2021, nº 104/2021, nº 105/2021, nº 106/2021, nº 107/2021, nº 108/2021, nº 109/2021, nº 110/2021, nº 111/2021, nº 112/2021, nº 113/2021, nº 114/2021, nº 115/2021, nº 116/2021, nº 117/2021, nº 118/2021, nº 119/2021, nº 120/2021, nº 121/2021, nº 122/2021, nº 123/2021, nº 124/2021, nº 125/2021, nº 126/2021, nº 127/2021, nº 128/2021, nº 129/2021, nº 130/2021, nº 131/2021, nº 132/2021, nº 133/2021, nº 134/2021, nº 135/2021, nº 136/2021, nº 137/2021, nº 138/2021, nº 139/2021, nº 140/2021, nº 141/2021, nº 142/2021, nº 143/2021, nº 144/2021, nº 145/2021, nº 146/2021, nº 147/2021, nº 148/2021, nº 149/2021, nº 150/2021, nº 151/2021, nº 152/2021, nº 153/2021, nº 154/2021, nº 155/2021, nº 156/2021, nº 157/2021, nº 158/2021, nº 159/2021, nº 160/2021, nº 161/2021, nº 162/2021, nº 163/2021, nº 164/2021, nº 165/2021, nº 166/2021, nº 167/2021, nº 168/2021, nº 169/2021, nº 170/2021, nº 171/2021, nº 172/2021, nº 173/2021, nº 174/2021, nº 175/2021, nº 176/2021, nº 177/2021, nº 178/2021, nº 179/2021, nº 180/2021, nº 181/2021, nº 182/2021, nº 183/2021, nº 184/2021, nº 185/2021, nº 186/2021, nº 187/2021, nº 188/2021, nº 189/2021, nº 190/2021, nº 191/2021, nº 192/2021, nº 193/2021, nº 194/2021, nº 195/2021, nº 196/2021, nº 197/2021, nº 198/2021, nº 199/2021, nº 200/2021, nº 201/2021, nº 202/2021, nº 203/2021, nº 204/2021, nº 205/2021, nº 206/2021, nº 207/2021, nº 208/2021, nº 209/2021, nº 210/2021, nº 211/2021, nº 212/2021, nº 213/2021, nº 214/2021, nº 215/2021, nº 216/2021, nº 217/2021, nº 218/2021, nº 219/2021, nº 220/2021, nº 221/2021, nº 222/2021, nº 223/2021, nº 224/2021, nº 225/2021, nº 226/2021, nº 227/2021, nº 228/2021, nº 229/2021, nº 230/2021, nº 231/2021, nº 232/2021, nº 233/2021, nº 234/2021, nº 235/2021, nº 236/2021, nº 237/2021, nº 238/2021, nº 239/2021, nº 240/2021, nº 241/2021, nº 242/2021, nº 243/2021, nº 244/2021, nº 245/2021, nº 246/2021, nº 247/2021, nº 248/2021, nº 249/2021, nº 250/2021, nº 251/2021, nº 252/2021, nº 253/2021, nº 254/2021, nº 255/2021, nº 256/2021, nº 257/2021, nº 258/2021, nº 259/2021, nº 260/2021, nº 261/2021, nº 262/2021, nº 263/2021, nº 264/2021, nº 265/2021, nº 266/2021, nº 267/2021, nº 268/2021, nº 269/2021, nº 270/2021, nº 271/2021, nº 272/2021, nº 273/2021, nº 274/2021, nº 275/2021, nº 276/2021, nº 277/2021, nº 278/2021, nº 279/2021, nº 280/2021, nº 281/2021, nº 282/2021, nº 283/2021, nº 284/2021, nº 285/2021, nº 286/2021, nº 287/2021, nº 288/2021, nº 289/2021, nº 290/2021, nº 291/2021, nº 292/2021, nº 293/2021, nº 294/2021, nº 295/2021, nº 296/2021, nº 297/2021, nº 298/2021, nº 299/2021, nº 300/2021, nº 301/2021, nº 302/2021, nº 303/2021, nº 304/2021, nº 305/2021, nº 306/2021, nº 307/2021, nº 308/2021, nº 309/2021, nº 310/2021, nº 311/2021, nº 312/2021, nº 313/2021, nº 314/2021, nº 315/2021, nº 316/2021, nº 317/2021, nº 318/2021, nº 319/2021, nº 320/2021, nº 321/2021, nº 322/2021, nº 323/2021, nº 324/2021, nº 325/2021, nº 326/2021, nº 327/2021, nº 328/2021, nº 329/2021, nº 330/2021, nº 331/2021, nº 332/2021, nº 333/2021, nº 334/2021, nº 335/2021, nº 336/2021, nº 337/2021, nº 338/2021, nº 339/2021, nº 340/2021, nº 341/2021, nº 342/2021, nº 343/2021, nº 344/2021, nº 345/2021, nº 346/2021, nº 347/2021, nº 348/2021, nº 349/2021, nº 350/2021, nº 351/2021, nº 352/2021, nº 353/2021, nº 354/2021, nº 355/2021, nº 356/2021, nº 357/2021, nº 358/2021, nº 359/2021, nº 360/2021, nº 361/2021, nº 362/2021, nº 363/2021, nº 364/2021, nº 365/2021, nº 366/2021, nº 367/2021, nº 368/2021, nº 369/2021, nº 370/2021, nº 371/2021, nº 372/2021, nº 373/2021, nº 374/2021, nº 375/2021, nº 376/2021, nº 377/2021, nº 378/2021, nº 379/2021, nº 380/2021, nº 381/2021, nº 382/2021, nº 383/2021, nº 384/2021, nº 385/2021, nº 386/2021, nº 387/2021, nº 388/2021, nº 389/2021, nº 390/2021, nº 391/2021, nº 392/2021, nº 393/2021, nº 394/2021, nº 395/2021, nº 396/2021, nº 397/2021, nº 398/2021, nº 399/2021, nº 400/2021, nº 401/2021, nº 402/2021, nº 403/2021, nº 404/2021, nº 405/2021, nº 406/2021, nº 407/2021, nº 408/2021, nº 409/2021, nº 410/2021, nº 411/2021, nº 412/2021, nº 413/2021, nº 414/2021, nº 415/2021, nº 416/2021, nº 417/2021, nº 418/2021, nº 419/2021, nº 420/2021, nº 421/2021, nº 422/2021, nº 423/2021, nº 424/2021, nº 425/2021, nº 426/2021, nº 427/2021, nº 428/2021, nº 429/2021, nº 430/2021, nº 431/2021, nº 432/2021, nº 433/2021, nº 434/2021, nº 435/2021, nº 436/2021, nº 437/2021, nº 438/2021, nº 439/2021, nº 440/2021, nº 441/2021, nº 442/2021, nº 443/2021, nº 444/2021, nº 445/2021, nº 446/2021, nº 447/2021, nº 448/2021, nº 449/2021, nº 450/2021, nº 451/2021, nº 452/2021, nº 453/2021, nº 454/2021, nº 455/2021, nº 456/2021, nº 457/2021, nº 458/2021, nº 459/2021, nº 460/2021, nº 461/2021, nº 462/2021, nº 463/2021, nº 464/2021, nº 465/2021, nº 466/2021, nº 467/2021, nº 468/2021, nº 469/2021, nº 470/2021, nº 471/2021, nº 472/2021, nº 473/2021, nº 474/2021, nº 475/2021, nº 476/2021, nº 477/2021, nº 478/2021, nº 479/2021, nº 480/2021, nº 481/2021, nº 482/2021, nº 483/2021, nº 484/2021, nº 485/2021, nº 486/2021, nº 487/2021, nº 488/2021, nº 489/2021, nº 490/2021, nº 491/2021, nº 492/2021, nº 493/2021, nº 494/2021, nº 495/2021, nº 496/2021, nº 497/2021, nº 498/2021, nº 499/2021, nº 500/2021, nº 501/2021, nº 502/2021, nº 503/2021, nº 504/2021, nº 505/2021, nº 506/2021, nº 507/2021, nº 508/2021, nº 509/2021, nº 510/2021, nº 511/2021, nº 512/2021, nº 513/2021, nº 514/2021, nº 515/2021, nº 516/2021, nº 517/2021, nº 518/2021, nº 519/2021, nº 520/2021, nº 521/2021, nº 522/2021, nº 523/2021, nº 524/2021, nº 525/2021, nº 526/2021, nº 527/2021, nº 528/2021, nº 529/2021, nº 530/2021, nº 531/2021, nº 532/2021, nº 533/2021, nº 534/2021, nº 535/2021, nº 536/2021, nº 537/2021, nº 538/2021, nº 539/2021, nº 540/2021, nº 541/2021, nº 542/2021, nº 543/2021, nº 544/2021, nº 545/2021, nº 546/2021, nº 547/2021, nº 548/2021, nº 549/2021, nº 550/2021, nº 551/2021, nº 552/2021, nº 553/2021, nº 554/2021, nº 555/2021, nº 556/2021, nº 557/2021, nº 558/2021, nº 559/2021, nº 560/2021, nº 561/2021, nº 562/2021, nº 563/2021, nº 564/2021, nº 565/2021, nº 566/2021, nº 567/2021, nº 568/2021, nº 569/2021, nº 570/2021, nº 571/2021, nº 572/2021, nº 573/2021, nº 574/2021, nº 575/2021, nº 576/2021, nº 577/2021, nº 578/2021, nº 579/2021, nº 580/2021, nº 581/2021, nº 582/2021, nº 583/2021, nº 584/2021, nº 585/2021, nº 586/2021, nº 587/2021, nº 588/2021, nº 589/2021, nº 590/2021, nº 591/2021, nº 592/2021, nº 593/2021, nº 594/2021, nº 595/2021, nº 596/2021, nº 597/2021, nº 598/2021, nº 599/2021, nº 600/2021, nº 601/2021, nº 602/2021, nº 603/2021, nº 604/2021, nº 605/2021, nº 606/2021, nº 607/2021, nº 608/2021, nº 609/2021, nº 610/2021, nº 611/2021, nº 612/2021, nº 613/2021, nº 614/2021, nº 615/2021, nº 616/2021, nº 617/2021, nº 618/2021, nº 619/2021, nº 620/2021, nº 621/2021, nº 622/2021, nº 623/2021, nº 624/2021, nº 625/2021, nº 626/2021, nº 627/2021, nº 628/2021, nº 629/2021, nº 630/2021, nº 631/2021, nº 632/2021, nº 633/2021, nº 634/2021, nº 635/2021, nº 636/2021, nº 637/2021, nº 638/2021, nº 639/2021, nº 640/2021, nº 641/2021, nº 642/2021, nº 643/2021, nº 644/2021, nº 645/2021, nº 646/2021, nº 647/2021, nº 648/2021, nº 649/2021, nº 650/2021, nº 651/2021, nº 652/2021, nº 653/2021, nº 654/2021, nº 655/2021, nº 656/2021, nº 657/2021, nº 658/2021, nº 659/2021, nº 660/2021, nº 661/2021, nº 662/2021, nº 663/2021, nº 664/2021, nº 665/2021, nº 666/2021, nº 667/2021, nº 668/2021, nº 669/2021, nº 670/2021, nº 671/2021, nº 672/2021, nº 673/2021, nº 674/2021, nº 675/2021, nº 676/2021, nº 677/2021, nº 678/2021, nº 679/2021, nº 680/2021, nº 681/2021, nº 682/2021, nº 683/2021, nº 684/2021, nº 685/2021, nº 686/2021, nº 687/2021, nº 688/2021, nº 689/2021, nº 690/2021, nº 691/2021, nº 692/2021, nº 693/2021, nº 694/2021, nº 695/2021, nº 696/2021, nº 697/2021, nº 698/2021, nº 699/2021, nº 700/2021, nº 701/2021, nº 702/2021, nº 703/2021, nº 704/2021, nº 705/2021, nº 706/2021, nº 707/2021, nº 708/2021, nº 709/2021, nº 710/2021, nº 711/2021, nº 712/2021, nº 713/2021, nº 714/2021, nº 715/2021, nº 716/2021, nº 717/2021, nº 718/2021, nº 719/2021, nº 720/2021, nº 721/2021, nº 722/2021, nº 723/2021, nº 724/2021, nº 725/2021, nº 726/2021, nº 727/2021, nº 728/2021, nº 729/2021, nº 730/2021, nº 731/2021, nº 732/2021, nº 733/2021, nº 734/2021, nº 735/2021, nº 736/2021, nº 737/2021, nº 738/2021, nº 739/2021, nº 740/2021, nº 741/2021, nº 742/2021, nº 743/2021, nº 744/2021, nº 745/2021, nº 746/2021, nº 747/2021, nº 748/2021, nº 749/2021, nº 750/2021, nº 751/2021, nº 752/2021, nº 753/2021, nº 754/2021, nº 755/2021, nº 756/2021, nº 757/2021, nº 758/2021, nº 759/2021, nº 760/2021, nº 761/2021, nº 762/2021, nº 763/2021, nº 764/2021, nº 765/2021, nº 766/2021, nº 767/2021, nº 768/2021, nº 769/2021, nº 770/2021, nº 771/2021, nº 772/2021, nº 773/2021, nº 774/2021, nº 775/2021, nº 776/2021, nº 777/2021, nº 778/2021, nº 779/2021, nº 780/2021, nº 781/2021, nº 782/2021, nº 783/2021, nº 784/2021, nº 785/2021, nº 786/2021, nº 787/2021, nº 788/2021, nº 789/2021, nº 790/2021, nº 791/2021, nº 792/2021, nº 793/2021, nº 794/2021, nº 795/2021, nº 796/2021, nº 797/2021, nº 798/2021, nº 799/2021, nº 800/2021, nº 801/2021, nº 802/2021, nº 803/2021, nº 804/2021, nº 805/2021, nº 806/2021, nº 807/2021, nº 808/2021, nº 809/2021, nº 810/2021, nº 811/2021, nº 812/2021, nº 813/2021, nº 814/2021, nº 815/2021, nº 816/2021, nº 817/2021, nº 818/2021, nº 819/2021, nº 820/2021, nº 821/2021, nº 822/2021, nº 823/2021, nº 824/2021, nº 825/2021, nº 826/2021, nº 827/2021, nº 828/2021, nº 829/2021, nº 830/2021, nº 831/2021, nº 832/2021, nº 833/2021, nº 834/2021, nº 835/2021, nº 836/2021, nº 837/2021, nº 838/2021, nº 839/2021, nº 840/2021, nº 841/2021, nº 842/2021, nº 843/2021, nº 844/2021, nº 845/2021, nº 846/2021, nº 847/2021, nº 848/2021, nº 849/2021, nº 850/2021, nº 851/2021, nº 852/2021, nº 853/2021, nº 854/2021, nº 855/2021, nº 856/2021, nº 857/2021, nº 858/2021, nº 859/2021, nº 860/2021, nº 861/2021, nº 862/2021, nº 863/2021, nº 864/2021, nº 865/2021, nº 866/2021, nº 867/2021, nº 868/2021, nº 869/2021, nº 870/2021, nº 871/2021, nº 872/2021, nº 873/2021, nº 874/2021, nº 875/2021, nº 876/2021

Edson Fachin anula condenações de Lula na Lava Jato

**MAURICIO
PICAZO
GALHARDO**



CRESCIMENTO
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do Produto Interno Bruto (PIB) referentes a 2020. Segundo o Instituto, a Agropecuária registrou alta de 2,0%, aumentando a participação no PIB de 5,1% em 2019, para 6,8% em 2020. O IBGE informou que a produção de soja cresceu 7,1% em 2020, café, 24,3% e milho, 2,7%. Contribuição negativa foi observada na laranja, que teve uma redução de 10,6% na produção em relação a 2019.

CRÉDITO RURAL
De julho/2020 a fevereiro/2021 o valor das contratações de crédito rural somou R\$ 147,57 bilhões, o que representa uma alta de 18%, em relação a igual período da safra anterior. Os recursos para investimento somaram R\$ 47,33 bilhões (40%), R\$ 78,64 (14%) para custeio, R\$ 8,24 bilhões (1%) para industrialização e R\$ 13,34 bilhões para comercialização, que teve redução de 3%.

EXTERIOR
A imagem brasileira frente aos países mundo afora foi tema de debate entre os membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo. A preocupação em desconstruir as inverdades propagadas sobre o agronegócio nacional pelo planeta, e também dentro do país, foi compartilhada entre os deputados, senadores e o ministro Ernesto Araújo.

INVESTIDORES
Considerado como alternativa para estimular a entrada de produtores no mercado de capitais e de investidores interessados no agro, o Projeto de Lei que cria o Fundo de Investimentos do Agronegócio (FLAGRO), foi aprovado no dia (2), com a articulação da bancada para a retirada dos destaques. A proposta agora segue para sanção presidencial.

INFORMAÇÃO
A Sociedade Rural Brasileira quer, junto com a B3, a bolsa de valores do Brasil, levar mais informações ao produtor rural sobre mecanismos de financiamento. A B3 criou uma estrutura dedicada para o atendimento de registro de CPRs (Cédulas de Produto Rural), Agrotechs, cooperativas de crédito, tradings e revendas de insumos estão entre as empresas atendidas. Muitos produtores rurais têm acessado a B3 por meio dessas instituições intermediárias. Mas é possível procurar diretamente a B3 para esclarecer dúvidas e entender as vantagens de registrar a CPR.

LUA
Enquanto a Agência Espacial Norte-Americana (NASA), junto a outras organizações internacionais, lançou o Deep Space Food Challenge para ajudar a levar tecnologias inovadoras de produção de alimentos para o espaço, alguns empresários espanhóis enviaram uma cápsula com quatro testes de colheita para a Lua até 2022.

PARCERIA
A Embrapa e a Nestlé vão desenvolver um protocolo para pecuária de leite de baixo carbono. Além da redução das emissões, a parceria prevê o aumento da remoção dos gases de efeito estufa nas propriedades produtoras de leite. Indicadores de sustentabilidade desenvolvidos pela Embrapa e a implementação de boas práticas de produção nas fazendas leiteiras vão integrar o protocolo.

ARROZ
Com o avanço da colheita e os ajustes nas paridades de importação e exportação, os preços do arroz em casca caíram para o menor patamar dos últimos seis meses. Mesmo assim, as cotações atuais continuam bastante superiores à média dos últimos 15 anos, em termos reais. No dia 2, o Indicador do arroz em casca ESALQ/SENAR-RS (58% grãos inteiros, com pagamento à vista) fechou a R\$ 85,45/saca de 60 kg.

MAÇÃ
A oferta de maçãs fuji estava limitada nas classificadoras do Sul do Brasil no início de fevereiro, garantindo à variedade preços mais elevados frente aos da gala. No entanto, agentes consultados pelo Hortifruti/Cepea relataram que alguns lotes antecipados chegaram ao mercado durante o mês, visto que parte dos produtores tentava aproveitar os bons preços. Nesse cenário, a oferta de fuji aumentou, pressionando as cotações no encerramento do mês.

ESTADOS UNIDOS
A crise econômica e de saúde pública do COVID-19 é maior do que qualquer outra que já vimos em nossas vidas - enquanto a pandemia forçou a economia dos Estados Unidos à crise, milhões de americanos estão lutando contra a insegurança alimentar e o desemprego e atrasos nos pagamentos de habitação. A fome aumentou durante a pandemia, com cerca de 30 milhões de adultos e 12 milhões de crianças vivendo em uma casa onde nem sempre têm o suficiente para comer.

EDITOR
O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 63 anos, é paulista do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior: na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de notícias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. E-mail: mauricio-picazo.galhardo@gmail.com

AGRO CARTOON PICAZO

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA FAZ PARCERIA COM A B3 PARA INFORMAR O PRODUTOR RURAL SOBRE MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

[B]³ BRASIL BOLSA BALCAO

JORNALISTA VOLUNTARIO

FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na segunda-feira (8) anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato. Na decisão, o ministro entendeu que a 13ª Vara Federal em Curitiba não tinha competência legal para julgar as acusações. Com a decisão, o ex-presidente não terá mais restrições na Justiça Eleitoral e está elegível para disputar um cargo público.

Pela decisão, ficam anuladas as condenações nos casos do triplex do Guarujá (SP), com pena de 8 anos e 10 meses de prisão, e do sítio em Atibaia, na qual Lula recebeu pena de 17 anos de prisão. Os processos deverão ser remetidos para a Justiça Federal em Brasília para nova análise do caso.

A anulação ocorreu porque Fachin reconheceu que as acusações da força-tarefa da Lava Jato contra Lula não estavam relacionadas di-

retamente com os desvios na Petrobras. Dessa forma, segundo precedentes da Corte, o ministro remeteu os processos para a Justiça Federal em Brasília.

"Apesar de vencido diversas vezes quanto a tema, o relator Fachin, tendo em consideração a evolução da matéria na 2ª Turma em casos semelhantes, entendeu que deve ser aplicado ao ex-presidente da República o mesmo entendimento, reconhecendo-se que a 13ª Vara Federal de Curitiba

não era o juiz natural dos casos", diz nota do gabinete de Fachin.

A condenação no caso do triplex foi proferida pelo então juiz Sergio Moro. No caso do sítio de Atibaia, Lula foi sentenciado pela juíza Gabriela Hardt.

A decisão também atinge o processo sobre supostas doações irregulares ao Instituto Lula. O processo ainda está em tramitação na 13ª Vara e também deverá ser enviado para Brasília. (Agência Brasil)

Ministérios assinam acordo de inclusão social e produtiva de mulheres

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) e o Ministério da Cidadania assinaram na segunda-feira (8), em Brasília, um acordo visando a promoção de "ações de inclusão social e produtiva para a autonomia socioeconômica das mulheres em situação de vulnerabilidade".

O documento tem como meta atender mulheres em situação de vulnerabilidade social nas ações de qualificação profissional, empregabilidade e empreendedorismo desenvolvidas no âmbito do projeto Qualifica Mulher. Além disso, pretende-se realizar "estudos técnicos em conjunto nos temas de interesse do público-

alvo, além de intercâmbio de informações, documentos e apoio técnico institucional".

As políticas públicas dessas ações serão coordenadas pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) do MDH e pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (Cidadania).

Ações de inclusão

"O nosso objetivo é promover a convergência de ações de inclusão produtiva desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social sejam beneficiadas, pois sabemos que

muitas acabam se submetendo à situação de violência por dependerem economicamente de seus agressores", disse a titular da secretaria, Cristiane Brito.

Durante o evento, a ministra Damara Alves, do MDH, lançou a campanha publicitária "A força da mulher brasileira impulsionando o país", com a finalidade de "promover uma cultura de respeito e valorização, além de estimular a força produtiva feminina no mercado de trabalho".

A ministra lembrou as recentes campanhas e acordos destinados a combater a violência praticada contra mulheres no Brasil, e comemorou as prisões que vêm sendo feitas a partir das de-

núncias apresentadas por telefone. "Esta é uma ministra de Direitos Humanos que prende, sim", disse a ministra, referindo-se às denúncias apresentadas pelo Disque 180.

De acordo com o MDH, em 2020 houve 105.671 denúncias de violência contra a mulher, tanto no Ligue 180 (central de atendimento à mulher) quanto no Disque 100 (direitos humanos). Desse total, 72% (75.753 denúncias) são referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher.

"Segundo a Lei Maria da Penha, esse tipo de violência é caracterizado pela ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher. (Agência Brasil)

Pazuello estima receber até 28 milhões de doses de vacinas neste mês

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse na segunda-feira (8) que espera ter, neste mês, de 25 milhões até 28 milhões de doses entregues aos estados para cumprir o Plano Nacional de Imunização (PNI). Pazuello apresentou a estimativa após uma reunião na Fundação Oswaldo Cruz, da qual participaram o governador do Piauí, Wellington Dias, e representantes da Fiocruz e do Itamaraty.

Outros governadores participaram da reunião por vídeoconferência, assim como o presidente da Fiocruz, Nisida Trindade, que está de quarentena por ter tido contato com uma pessoa diagnosticada com covid-19. Segundo Pazuello, o objetivo do encontro era discutir com a Fiocruz todas as demandas relacionadas à vacina da AstraZeneca/Oxford. Ele citou os imunizantes produzidos com ingrediente farmacêutico ativo (IFA) importado da China, os doses prontas vindas do laboratório Serum da Índia, a produção do IFA nacional com assimilação da tecnologia no contrato com a farmacêutica e, ainda, a vacina pronta importada de um laboratório da Coreia, por intermédio do consórcio Covax Facility, formado por vários países para o desenvolvimento de imunizantes.

Na reunião, foi feito um acompanhamento da linha de produção para ver com clareza um cronograma de entregas semanais e também se discutiu o que pode ser antecipado, contando com a participação do Fórum de Governadores, do governo federal, da Fiocruz e do Congresso Nacional. "Com ações junto à OMS [Organização Mundial da Saúde], junto a outros governos e laboratórios para que possamos acelerar todas as fases e trazer a vacina, o mais rápido possível, para complemen-

tar as demais vacinas que estamos entregando semanalmente", afirmou o ministro.

Pazuello destacou que, na segunda-feira, o ministério está recebendo 2,5 milhões de doses do Instituto Butantan, que serão distribuídos aos estados durante a semana. O ministro disse que conta ainda com uma entrega da Fiocruz de vacinas AstraZeneca/Oxford. "A nossa previsão é que a Anvisa e a Fiocruz ajustem os processos nesta semana, para que, a partir da próxima, ou no máximo na semana seguinte, já tenhamos também entregas da Fiocruz, somadas semanalmente com as do Butantan".

O ministro informou que já vinha mantendo contato com o governador Wellington Dias e que chegaram à conclusão de que era preciso ir à Fiocruz para discutir as questões da vacina pessoalmente. De acordo com Dias, que é representante do Fórum Nacional de Governadores, isso foi importante para definir o cronograma de entrega de vacinas para março e ter a sinalização do que está previsto a partir de abril.

Segundo o governador, no encontro, também foi explicada a dificuldade causada pela falta de remessa das doses da AstraZeneca, que viriam da Índia. De acordo com Dias, a justificativa do governo da Índia é que, lá, a situação se agravou perante a população. Para o governador, isso alterou o calendário feito pelos estados.

Estava prevista, em contrato com o Ministério da Saúde, por meio da Fiocruz, a entrega de uma quantidade de IFA que permitiria produzir 15 milhões de doses em janeiro, o que não ocorreu. Pazuello disse que a AstraZeneca resolveu, então, fornecer ao Brasil 12 milhões de doses prontas da vacina que vi-

riam do laboratório indiano, mas ressaltou que o Serum vem postergando a entrega. "Até agora, só vieram 4 milhões, e ainda faltam 8 milhões."

Pressões

O ministro destacou que ficou acertado no encontro de hoje que é preciso fazer pressão política, diplomática e até pessoal junto à AstraZeneca para que a farmacêutica cobre do laboratório Serum o cumprimento da entrega dos 8 milhões de doses que faltam. "Neste momento, a Índia, como país, dificultou o processo porque proibiu a exportação. Os países estão variando suas posições diplomáticas e comerciais porque o troço, realmente é instável", afirmou.

Para o ministro, este é o motivo para buscar a produção nacional das vacinas de modo a avançar no Programa Nacional de Imunização. "Se não tivermos produção como temos hoje no Butantan e a Fiocruz, não vamos ter condição de vacinar em massa no nosso país."

Wellington Dias lembrou que houve rompimento do contrato de entrega do laboratório Serum e que, nas pressões diplomáticas, haverá destaque para o momento da crise da pandemia no Brasil. "O Brasil vive um momento especial. Como diz a própria Organização Mundial da Saúde, é o epicentro da pandemia no mundo, e ainda com o risco de muitas variantes que se espalham. Este é o argumento que queremos tratar para garantir as condições do cumprimento", observou.

Ampliação

Dias informou que, na reunião de hoje, foi feito um pedido para que a Fiocruz, em entendimento com a Anvisa, amplie a

capacidade de produção para 250 mil a 300 mil doses por dia. "Nessa primeira fase, a notícia boa é que se amplia. A partir de abril, há condições de chegar a até 1 milhão de doses por dia ou 30 milhões por mês, o que é uma ótima notícia. Fizemos aqui um plano, dada a gravidade da situação do Brasil, dada a gravidade [do número] de óbitos e de interações", para poder contar com essa ampliação."

"Assim como nos alegra o recebimento de 2,5 milhões de doses do Butantan, que vão ser entregues para todo o Brasil na quarta e quintas-feiras, é importante também ter semanalmente entregas da CoronaVac Butantan e da AstraZeneca, produção nacional e produção a partir de vacina pronta de outros países", completou o governador.

Dias reforçou que os governadores estão dispostos a partir para a compra de vacinas se os entendimentos do Ministério da Saúde não avançarem, mas destacou que tudo ficaria sob a coordenação da pasta. "Se não tiver, nós estamos prontos para comprar. Nós queremos, e é importante para o país a coordenação do ministério, até para que a gente tenha um calendário de entrega nacional."

Ainda na área diplomática, o governador piauiense adiantou que o Brasil tentará a liberação de cerca de 10 milhões de doses da AstraZeneca que foram produzidas nos Estados Unidos. "O que sabemos é que há vacinas prontas em estoque, e como não está sendo utilizada a AstraZeneca nos Estados Unidos - o que se passa, com essa conjuntura brasileira, ceder a vinda para o Brasil", afirmou Dias. Segundo ele, os Estados Unidos também adotaram a proibição de exportação de imunizantes. (Agência Brasil)

Governo prorroga prazo para regularização migratória de estrangeiros

O Ministério da Justiça prorrogou o prazo para regularização migratória de estrangeiros com documentos de identificação que expiraram a partir de 16 de março de 2020. Com isso, os documentos expirados serão aceitos desde que o imigrante tenha mantido residência em território nacional e procure se regularizar até 16 de setembro de 2021.

A portaria prevendo a pro-

rogação desses documentos foi publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira (8), tendo o dia 15 de março como data para começar a vigorar.

De acordo com a portaria nº21, "os protocolos de atendimento referentes à regularização migratória, carteiras de registro nacional migratório e outros documentos relativos às atividades de Polícia de Imigração, produzidos pela Poli-

cia Federal, expirados a partir de 16 de março de 2020, devem ser aceitos como válidos para todos os efeitos e poderão ser utilizados até o dia 16 de setembro de 2021, inclusive para fins de ingresso, de registro, renovação ou transformação de prazo".

A medida prevista na portaria, no entanto, não valerá caso o portador do documento viaje ao exterior por período mai-

or do que o de 30 dias.

A portaria esclarece que, caso ocorra alguma impossibilidade de saída do Brasil, dentro do prazo de estadia concedido, o Brasil não cobrará de estrangeiros impostos por terceiro país, o visitante poderá solicitar, justificadamente, a prorrogação extraordinária da data de sua saída, ainda que extrapole os limites do ano migratório. (Agência Brasil)